

COMUNIDADES RURAIS EM SÃO LUÍS (MA): entre a formalidade e a negação de direitos

Graciane Pereira Santos¹

Karoline Almeida Rocha²

Nádia Socorro Fialho Nascimento³

Resumo: Aborda a relação sociohistórica, econômica, desigual construída nos anos de 1970 na capital maranhense, a partir do processo de estruturação industrial e expansão cidadina para o Itaqui-Bacanga⁴. O propósito era investir em infraestrutura portuária, por isso muitas comunidades que viviam ali foram remanejadas. No contexto atual, a área continua atrativa para o capital, houve ampliação do Complexo portuário/industrial. O estudo, destaca as comunidades: Cajueiro, Rio dos Cachorros, Taim, Vila Maranhão, situadas na zona rural, as quais sobrevivem do extrativismo, pesca, sofrem embates das corporações capitalistas e Estado. Além do acesso precarizado às políticas sociais, há negligência no enfrentamento às desigualdades sociais a essa população. A metodologia usada foi pesquisa bibliográfica com base no método do materialismo histórico, para articular a teoria social de Marx e as contradições do modelo de produção capitalista.

Palavras-chave: Capitalismo, comunidades, lutas, políticas sociais.

Abstract: It delas with the sócio-historical, economic and unequal relationship built in the 1970s in the capital of Maranhão, from the processo of industrial structuring and city expansion to Itaqui-Bacanga. The purpose was to invest in port and railway infrastructure, so many communities that lived there were relocated. In the current contexto, the área remains attractive to the capital, there was an expansion of the port/industrial Complex. The study highlights the communities: Cajueiro, Rio dos Cachorroes, Taim, Vila Maranhão, located in the rural área, which survive on extractivism, fishing, suffer clashes from capitalista corporations and the State. In addition to precarious access to social policies, there is negligence in tackling social inequalities among this population. The methodology used was bibliographical research method of historical materialism, to articulate Marx's social theory and the contradictions of the capitalista production model.

Keywords: Capitalism, communities, struggles, social policies.

¹Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. (PPGSS/UFPA). Docente da UniCEUMA, Assistente Social, gracianepss@gmail.com.

²Mestra em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (PPGCP), Assistente Social, karolinerocha_17@hotmail.com

³ Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação da Escola de Serviço Social/ESS da Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ. Docente da Faculdade de Serviço Social (FASS/UFPA).

⁴ Área periférica e muito populosa, localizada a sudoeste da ilha de São Luís (MA). É estratégica para a acumulação capitalista, pois integra empreendimentos capitalistas e o complexo portuário do Itaqui. Ganha visibilidade a partir dos anos de 1970 quando ocorreu a edificação do Porto do Itaqui, aumento do povoamento com os primeiros remanejamentos.

1 INTRODUÇÃO

O texto versa sobre a construção histórica do Estado e a política social como elemento de controle da classe trabalhadora, articulando especificamente à realidade das comunidades da zona rural II⁵ da área Itaqui-Bacanga, importante área econômica situada a sudoeste da ilha de São Luís (MA) que comporta no contexto contemporâneo o Complexo Portuário do Itaqui.⁶

A perspectiva do estudo é compreender como a área é estratégica para o capital mundializado reunindo infraestrutura, produção e exportações de commodities⁷, bem como impacta diretamente no modo de vida das comunidades. O distrito foi construído em 1970, como uma das metas dos planos de governo. Na região já residiam comunidades que sobreviviam do extrativismo, agricultura e pesca. Com o distrito industrial, muitas comunidades foram remanejadas para garantir espaço para as empresas mineradoras e portuárias.

Na atualidade, houve uma ampliação da infraestrutura, o que ocasionou mais conflitos entre os moradores, Estado e empresas. É necessário problematizar o processo de lutas que historicamente ocorrem na área com ênfase nas comunidades Cajueiro, Taim, Rio dos Cachorros e Vila Maranhão, as quais têm sido alvo de constantes ameaças de desapropriações para ampliação de polos siderúrgicos e portos privados.

O ensaio considera a relação campo-cidade indispensável, pois mesmo a industrialização tendo infraestrutura para a acumulação capitalista internacional na região, depara-se com contradições que extrapolam os limites geográficos, como é o caso das comunidades rurais, porque o uso dos seus territórios é propício para a ampliação do capital. Entende-se que na análise concreta da sociedade capitalista, as comunidades são parte da realidade em que o processo de acumulação capitalista está presente. Com o capital mundializado, o avanço das relações capitalistas também está configurado na expansão portuária/industrial da cidade de São Luís, logo

⁵ Ananandiba, Cajueiro, Camboa dos Frades, Colier, Parnauçu, Porto Grande, São Benedito, Taim, Vila Maranhão, Vila Madureira.

⁶ Integra o Porto do Itaqui, os terminais de Ponta da Madeira, Vale, Alumar.

⁷ A exemplo de commodities minerais e grãos.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



é preciso ter espaço para garantir a estrutura adequada aos investimentos econômicos.

Segundo Harvey (2012, p.74), “as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente”. Industrialização e urbanização estão correlacionadas, assim como o desenvolvimento capitalista. Os processos de urbanização estão associados à contínua reorganização citadina em função dos requisitos estruturais/conjunturais do capitalismo e como este modelo produtivo fortalece, o que altera as relações campo-cidade pré-existentes. No caso específico das comunidades da zona rural II, os territórios ocupados pelas comunidades são relevantes para ampliação do ciclo de acumulação, já que a instalação do porto chinês é servir ao mercado internacional com a exportação de commodities minerais e grãos.

A partir da década de 1970, sabe-se que o capital foi reestruturado face a crise, a reorganização geopolítica e as lutas de classe no pós-70, em que dimensiona o combate ao trabalho, reestruturação produtiva e reforma do Estado. Portanto, o projeto neoliberal é concretizado no Brasil, uma vez que mesmo após a redemocratização do país e a aprovação da Constituição Federal de 1988, o país assume o ideário neoliberal, e muitos investimentos que poderiam ser mediados via Estado, o mercado assumiu.

Para melhor entendimento da temática, o método usado foi o materialismo histórico, compreende-se que “a teoria é o movimento real do objeto transposto para o cérebro do pesquisador – é o *real reproduzido e interpretado no plano ideal* (do pensamento)” (NETTO, 2011). Assim, o entendimento da política social é relevante para esta análise, o Estado capitalista está presente no movimento do real, uma vez que as mobilizações, pressões da classe trabalhadora são determinantes para as respostas às expressões da questão social.

2 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO CAPITALISTA E POLÍTICAS SOCIAIS

Compreende-se que o Estado precede o modo de produção capitalista, está articulado às organizações de outras sociedades, assim como a exploração do homem pelo homem e a produção do excedente.



PROMOÇÃO

APOIO

[...] tem-se a instituição da propriedade privada e a constituição do Estado com seus mecanismos de poder, jurídicos e de uso da força – o monopólio da violência – para sua manutenção. O Estado é, portanto, um mecanismo de dominação de classe tendo em vista a apropriação privada do sobreproduto social/excedente e/ou dominação de sua produção e distribuição em qualquer tempo, em que pese os trânsitos dos modos de produção de exercício do poder político e institucionais – da monarquia para a república ou do Estado Absoluto para o Estado Democrático de Direito. Altera-se, evidentemente, a forma do exercício da dominação de classe em cada modo de produção e formação social, e contexto político-econômico, ao longo da história. (BEHRING, 2018, p. 40-41)

É relevante ressaltar que o Estado é uma construção sociohistórica. O processo de acumulação primitiva dimensiona sua lógica inicial, mas com a consolidação do modo de produção capitalista entre o final do século XVIII e XIX, há um aprofundamento das relações de classes, desenvolvimento das forças produtivas, exploração do trabalho, acumulação de riquezas, propriedade privada, além das desigualdades sociais.

Observa-se que a relação entre capitalismo e Estado é necessária para o controle e perpetuação do modelo. “O Estado é um elemento central na dinâmica da totalidade concreta, a sociedade burguesa, sacudida pelas contradições ao longo da história – da luta de classes – e ao longo dos ciclos do capitalismo”. [...] (BEHRING, 2018, p.42). Nesta dinâmica entre capitalismo e Estado, tem-se ainda a relação capital-trabalho, a qual está relacionada à exploração e desigualdades, pois a produção das mercadorias, a obtenção da mais valia não são socializadas igualmente pelas classes sociais.

Foram as lutas de classes, o processo de consciência e organização da classe trabalhadora primeiramente na Europa que possibilitaram as conquistas de direitos. O Estado, por sua vez, foi obrigado a responder às necessidades dos trabalhadores, todavia sabemos que não foram garantidos para todos e somente com a ampliação das lutas, as políticas sociais foram criadas.

Logo, dimensionar um momento específico quanto ao surgimento da política social seria incoerente, entretanto podemos lembrar que o Welfare State ou Estado de Bem-Estar, constitui um marco moderno histórico articulado ao modelo capitalista de sociedade, considerando a intervenção do Estado para controle da classe trabalhadora.

Também é necessário lembrar que em muitas sociedades que antecederam o modo de produção capitalista, já havia ajuda aos pobres e miseráveis. Contudo, não com estrutura de política social, nem sempre assumida pelo Estado. As conotações são distintas, mas a relação de controle das classes já era presente. Podemos lembrar que para Marshall (1967) “[...] a desigualdade do sistema de classes sociais pode ser aceitável desde que a igualdade de cidadania seja reconhecida”. Nesta perspectiva, o Estado intervém, assume a responsabilidade no acesso à cidadania. Cidadania compreendida como “igualdade humana básica associada com o conceito de participação integral na comunidade”. (MARSHALL, 1967, p.62)

É interessante mencionar que a relação entre Estado e política social é parte de uma construção histórica, instituída a partir do âmbito jurídico no modo de produção capitalista, pois como dito anteriormente, as lutas sociais organizadas pela classe trabalhadora instigaram a formalidade dos direitos sociais. A própria história dos direitos humanos, foi organizada a partir de cada sociedade, entendendo-se que os direitos eram “fundidos num só”, não havia ainda definições específicas para explicitar as funções do Estado, também não ofereciam caráter universal e nem estavam a favor da classe mais empobrecida.

Neste sentido, a consolidação e desenvolvimento do capitalismo estabelece mudanças significativas quanto a produção das mercadorias, bem como a exploração do trabalho, logo a política social está relacionada a relação capital-trabalho ao longo dos processos societários, como diz Pereira (2008), “a sua natureza não condiz com um enfoque evolucionista que procura encaixá-la num *continuum* que começa com a caridade privada, passando pela beneficência e assistência [...]” (PEREIRA, 2008, p.28)

É válido enfatizar que o *Welfare State* não é estruturado com o propósito de melhorar as condições de vida da população, está associado ao modelo capitalista e as formas de controle da classe trabalhadora, todavia a organização da classe trabalhadora com seus mecanismos de participação popular são fundamentais para

que as mudanças ocorram, porque são estes instrumentos que podem pressionar o Estado para as respostas às expressões da questão social⁸.

A partir disso, é necessário ressaltar que o pós Segunda Guerra Mundial trouxe mudanças consideráveis na organização societária dos países, em particular na economia e política, tanto nos países desenvolvidos quanto os de economias dependentes. O Estado passou a intervir decisivamente para que o molde capitalista perdurasse, mas agora com outras exigências. Esta nova conjuntura impõe relações capitalistas ampliadas junto aos países, quando tratamos da proteção social ou relações econômicas, pois a estruturação do projeto neoliberal e a globalização, reestruturaram o capital mundialmente.

O Estado, por sua vez, diminui as funções que ora assumia, as relações capital-trabalho passam a ser mais flexibilizadas, o que impacta diretamente na fragmentação ou diminuição do acesso aos direitos da classe trabalhadora. Com a chegada dos anos de 1990, estabelece-se uma nova configuração ao desenvolvimento econômico e a proteção social, uma vez que o Estado deixa de ser o pilar de sustentação.

A conjuntura brasileira está relacionada as transformações internacionais, vivenciando a partir desta década um processo de desenvolvimento submetido à ajustes econômicos como meio de superar a crise, retomar o desenvolvimento e garantir proteção social aos segmentos vulneráveis da população. Consequentemente, novas intervenções sociais são criadas com o intuito de responder aos obstáculos postos pela regulação do mercado.

O principal beneficiário da política neoliberal é o próprio capital financeiro transnacional, com ganhos significativos de lucratividade e seus novos padrões de produtividade. As consequências direcionam-se para a desregulamentação dos direitos trabalhistas. O trabalho do operário industrial tradicional é modificado, este agora vivencia uma série de metamorfoses *na forma de ser do trabalho*.⁹ Não é apenas a forma trabalho que é transformada, mas também a organização dos trabalhadores que sofre os ranços da política neoliberal e reestruturação produtiva.

⁸ Neste ensaio compreende-se questão social a partir da análise marxiana, a base de entendimento está centrada na sociedade capitalista madura. Ou seja, as condições de produção da riqueza social e apropriação privada dela, bem como os meios de produção/ reprodução do controle da miséria.

⁹ Termo utilizado por Antunes para designar as transformações no âmbito trabalhista.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Assim, as transformações políticas e econômicas realizadas durante o período descrito, retratam as profundas alterações no processo de reestruturação produtiva no país, resultando na progressiva perda de autonomia do Estado. Nestes termos, as ações se constituíram na elevada produtividade/rentabilidade do capital, acentuadas pelo consenso de Washington.

No âmbito ludovicense, observa-se que o projeto neoliberal avança a partir dos anos de 1980 com a implantação dos chamados grandes projetos, os quais são criados para ampliar a estrutura portuária e ferroviária, diminuir a distância entre os municípios da região amazônica como Pará e Maranhão que escoam a produção de commodities como grãos e minérios, assim como articular as relações internacionais com o capitalismo globalizado, todavia neste processo há também o aumento das desigualdades sociais que onera o modo de vida das comunidades rurais que estão no entorno dos empreendimentos capitalistas.

3 COMUNIDADES RURAIS EM SÃO LUÍS (MA): ENTRE A FORMALIDADE E A NEGAÇÃO DE DIREITOS NO ESTADO CAPITALISTA BRASILEIRO

A conjuntura de 1960-1970 compreende um período em que o Maranhão passa a ser direcionado pela proposta de desenvolvimento político, social e econômico pelo novo grupo político. As propostas de modernização alardeadas pelo *Projeto Político Maranhão Novo* faziam-se fortemente determinadas pelas políticas desenvolvimentistas nacionais, na qual a presença de capital estrangeiro consolidava-se e criava um suposto desenvolvimento econômico, na medida em que a transferência de capitais gerava, em contrapartida, fortes relações de subordinação e dependência dos países desenvolvidos.

É fundamental compreender o processo de estruturação capitalista e sua relação com a ideologia desenvolvimentista, cuja perspectiva foi a expansão industrial com grandes obras, a exemplo do Distrito Industrial do Itaqui e a Barragem do Bacanga, para incluir a cidade na rota do desenvolvimento industrial capitalista nacional.

Segundo Marini (2011), as relações capitalistas estruturam-se como dependentes e estão muito associadas aos investimentos industriais. No que cabe a





expansão ocorrida para a área Itaqui-Bacanga, o espaço é propício para as demandas do capital industrial nacional. Assim, conforme indica LUZ (2005), a expansão urbana da cidade de São Luís em direção ao Itaqui-Bacanga estava vinculada a um processo de remanejamento das populações que vivem em áreas de interesse governamental como Anel Viário, Tirirical¹⁰ e áreas próximas ao Rio Bacanga, as quais poderiam ser atingidas pelas águas do mesmo (LUZ, 2005, p. 27).

Por sua vez, a cidade sofre as determinações do desenvolvimento das forças produtivas e da relação capital-trabalho, nos diferentes estágios do capitalismo, tornando-se espaço estratégico das conexões entre os diversos meios de produção e agentes produtivos. Esse processo vem sendo estabelecido a partir do final dos anos 1960, quando os primeiros remanejamentos populacionais ocorreram para o Itaqui-Bacanga, além da proposta de povoamento do local por meio do discurso de modernização e planos governamentais de José Sarney¹¹, os quais estavam relacionados à Política Nacional dos Governos Militares.

No processo de ampliação do enriquecimento capitalista, observa-se que “os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta, por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia”. O ciclo perdura com o reinvestimento contínuo da produção/expansão do excedente. Por conseguinte, quando se articula o ciclo da acumulação capitalista mundializado, as demandas do capital nacional/internacional estão presentes na expansão geográfica com investimentos em infraestrutura física na área de interesse. (HARVEY, 2012)

O povoamento da área Itaqui-Bacanga revela-se como fundamental na construção dos grandes e novos recursos e/ou equipamentos de infraestrutura necessários ao ciclo produtivo e econômico pretendido pelos planos governamentais. Sua formação mediante uma ocupação a princípio lenta, logo se tornará uma das áreas sócio-espaciais onde se expressarão com grande visibilidade as contradições que o processo de expansão urbana da cidade de São Luís produz em sua constituição e movimento.

Neste processo de expansão de São Luís, cabe ainda destacar o Itaqui-Bacanga como espaço para as demandas do capital transnacional. A partir do final da

¹⁰ Área do aeroporto internacional de São Luís.

¹¹ José Sarney foi governador do estado do Maranhão no período de 1966-1970.



década de 1970 observa-se um grande investimento na ampliação de programas industriais como o Programa Grande Carajás em detrimento do remanejamento de populações. Por conseguinte, tais transformações estão associadas “a aliança do capital transnacional com o Estado brasileiro e as elites políticas do Maranhão, para a instalação dos chamados ‘Grandes Projetos’”. (LOPES, ABREU, 2010, p. 110).

No atual contexto, a região continua atrativa para o capital mundializado, ampliando-se a infraestrutura necessária para os empreendimentos capitalistas. Na área referenciada para este estudo, existem comunidades que já residiam antes da implantação de empreendimentos capitalistas. Estas comunidades têm modos de vidas relacionados ao extrativismo, pesca, agricultura familiar, além de ocupar a localidade, muitas vezes sem o título de propriedade. Com a ampliação da estrutura capitalista na região, as expropriações têm ocorrido, assim como as lutas pela preservação dos territórios e sobrevivência das comunidades.

Partir da realidade concreta e articular ao método de investigação científica de Marx é necessário para compreender que o processo de expropriação, assim como as lutas sociais presentes na área Itaqui-Bacanga são parte da complexidade presente no modo de produção capitalista contemporâneo. Conforme ressalta Ianni (2011), o pesquisador deve se posicionar a partir do fato, fenômeno, questionando sobre os aspectos presentes no objeto a ser estudado. Sem desconsiderar que a realidade é complexa, heterogênea, contraditória.

Logo, compreender as expropriações que ocorrem historicamente na região correlacionando ao materialismo histórico é um exercício atento sobre a complexidade do capitalismo mundializado que desconsidera os modos de vidas que não se adaptam a esta sociabilidade. Se considerarmos a análise de Marx (2017), a expropriação da terra da população rural já ocorria na segunda metade do século XIV. Nesta época a população era constituída por “camponeses livres, economicamente autônomos, qualquer que fosse o rótulo feudal a encobrir a propriedade. Nos domínios senhoriais maiores, o arrendatário livre tomara o lugar *bailiff* (bailio), ele mesmo servo em outras épocas”. (MARX, 2017, p.788)

Ao relacionar o processo de expropriação já presente a partir do século XIV na Europa às comunidades ludovicenses, temos em comum o modelo capitalista de produção, entretanto um modelo mais avançado tecnologicamente, ainda tendo como

centralidade o lucro. Contudo, agora a produção capitalista está relacionada ao que Harvey (2003) denomina de: “expansão geográfica e reorganização espacial”.

Esta região é estratégica para a acumulação capitalista internacional, além das disputas territoriais entre as comunidades que já viviam ali e as empresas WPR São Luís Gestão de Portos e Terminais (atual TUP Porto São Luís S.A), a qual é subsidiária da empresa WTorre, a francesa Lyon Capital e a chinesa China Communications Construction Company (CCCC). (ARCANGELI,2020).

É relevante ressaltar que a área foi sendo estruturada ao longo dos anos com muitos empreendimentos capitalistas. A conjuntura da década de 1990, estabelece mudanças consideráveis quanto as relações econômicas, políticas e sociais no Brasil, passando a ser direcionada pelo modelo neoliberal para aperfeiçoar os mecanismos de lucratividade do capitalismo.

Neste processo, o Estado articulou-se a favor da lógica capitalista. Iniciou-se os deslocamentos compulsórios de muitas comunidades com o objetivo de instalar empreendimentos capitalistas. Segundo Harvey (2003), tanto os Estados, como o poder político, o governo territorializado e a administração são essenciais para a acumulação do capital.

Quando pensamos as comunidades de Cajueiro, Rio dos Cachorros, Taim e Vila Maranhão, todas circunscritas na área rural da cidade de São Luís, nota-se que são estratégicas para a ampliação do domínio capitalista e a articulação das relações econômico-políticas entre o Maranhão e outros países, em particular a China. Seus territórios e modos de vida, são desconsiderados para garantir o discurso do desenvolvimento já utilizado na década de 1970 no estado. “O Maranhão está inserido na mesma lógica de desenvolvimento do Nordeste. Passa por todos os reflexos políticos, econômicos e sociais desta política industrial nacional, principalmente a partir do período pós 1964”. (ARCANGELI, 2020).

No caso das comunidades do Itaqui-Bacanga, observa-se que desde a década de 1970 passam a ser impactadas pela concretização da infraestrutura das indústrias minero-metalúrgicas que foram ali implantadas, estruturaram-se estradas, ferrovias, portos, inserindo o Maranhão no capitalismo internacional. “A primeira vista, a riqueza da sociedade burguesa aparece como uma imensa acumulação de mercadorias, sendo a mercadoria isolada a forma elementar dessa riqueza”. (MARX, 2008, p.51)



Com base nesse processo que desde décadas anteriores já preparava o Itaqui-Bacanga para o desenvolvimento capitalista, as comunidades que já residiam no lugar também têm organizado suas lutas com o intuito de permanecer em seus territórios, criaram estratégias e contam com o apoio e assessoria de grupos de pesquisadores e militantes de diversas instituições sociais com foco nos direitos humanos/ambientais. Vale enfatizar que muitas famílias são provenientes de outros municípios do Maranhão, migraram para a capital em busca de melhores condições de vida. Outras ocupam a área há muito tempo, como é o caso da comunidade de Cajueiro, localizada as margens da baía de São Marcos. A mesma passa por um processo de remanejamento, à medida que a implantação do terminal portuário chinês vem sendo construído.

A comunidade de Cajueiro existe há mais de cinquenta anos. Sua origem tem muito mais tempo, pois, na área onde se localiza a comunidade de Cajueiro existiu o secular *Terreiro do Egito*, um dos primeiros locais de culto afro do Maranhão, cuja herdeira é a atual Casa Fanti Ashanti¹². O território onde a Vila Cajueiro se encontra está localizado na parte sudoeste da Ilha do Maranhão e consiste nas comunidades que, desde 2003, rigorosamente demandam a criação da Reserva Extrativista de Tauá-Mirim¹³.

Mesmo tendo o documento emitido pelo Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA)¹⁴, Cajueiro tem “escritura pública de condomínio”, compondo uma área de seiscentos e dez mil hectares hum ares e setenta e dois centiares, pertencendo a Gleba “A” Tibiri-Pedrinhas. Com este documento os líderes comunitários reivindicam o território como um assentamento rural.

Além disso, houve a tentativa de audiência pública para discutir o licenciamento da instalação do terminal, porém os moradores impediram sua realização e denunciaram que foram intimidados, coagidos para venderem suas posses. Também se enfatiza que não houve cumprimento de prazos para a convocação da audiência

¹² Um dos terreiros de mina de São Luís (MA) mais conhecidos pelo trabalho de preservação religiosa africana, fundado em 1954 por Euclides Menezes Ferreira.

¹³ As reservas extrativistas foram instituídas pela Lei federal 9.985/00. A Resex de Tauá-mirim é composta pelas comunidades: Cajueiro, Vila Maranhão, Rio dos Cachoroes, Taim, Porto Grande, Limoeiro, Anandiba, São Benedito, Vila Conceição, Parnauçu (parte de Caujeiro), Madureira, Camboa dos Frades.

¹⁴ Órgão responsável pela regularização fundiário no âmbito estatal.



pública e a indisponibilidade do EIA-RIMA¹⁵. Atualmente a maior parte da comunidade já sofreu remanejamento devido a implantação do Terminal Portuário Chinês.

Já, Taim, Rio dos Cachorros, Vila Maranhão também sobrevivem da agricultura familiar, extrativismo e a partir dos anos 2000 foram ameaçadas de serem remanejadas devido a implantação do Polo Siderúrgico em parceria com a Vale S.A, com a maior siderúrgica Chinesa, Baosteel Shanghai Group Corporation, e com a siderúrgica francesa Arcelor.

A organização das referidas comunidades por meio do *Movimento Reage São Luís* que mobilizou e questionou as bases legais do projeto, assim como os impactos socioambientais nas mesmas, além da ilegalidade nos licenciamentos ambientais e concessão do território. Concomitantemente, houve ainda atraso na execução do projeto, e alguns fatores como queda do preço do aço no mercado internacional e as disputas políticas locais, os investidores desistiram do negócio. ALVES, acesso em: 09/10/2021 <https://journals.openedition.org/orda/3178?lang=pt>

Nessa perspectiva, tem-se expropriação e lutas das comunidades Cajueiro, Taim, Vila Maranhão e Rio dos Cachorros. Estas sofrem impactos como remanejamentos compulsórios para a ampliação dos projetos capitalistas na região. Diante das frequentes transformações decorrentes do modo de produção capitalista, o capital se torna o agente que define e redefine as relações de poder e produtividade no território.

É valido destacar ainda que estas comunidades além de travarem lutas pelo direito ao território e sobrevivência, deparam-se ainda com negações e/ou mesmo precários acessos aos serviços e direitos sociais. Mesmo estando no entorno da estrutura capitalista de empresas e portos, as populações não acessam políticas sociais de qualidade, a exemplo da educação e saúde. Precisam deslocar-se para outras localidades ou mesmo o centro da cidade onde encontram os serviços públicos.

Outro elemento que dificulta consideravelmente a reprodução da vida cotidiana destas comunidades é o transporte público, pois além das frotas de ônibus já serem sucateadas, um número mínimo de coletivos é disponibilizado às pessoas. Sabe-se que como dito anteriormente, a política social é uma construção histórica, bem como

¹⁵ Estudo preliminar de impactos ambientais.

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



acompanha o desenvolvimento capitalista, todavia o capital busca meios para concretizar mais lucro, no entanto as desigualdades sociais são um dos elementos para observar esta base contraditória. O capitalismo favorece o crescimento da economia, expandindo os meios de produção, no entanto, podemos dizer que há uma contradição, pois, diante da dinâmica capitalista, esse desenvolvimento econômico implica em um processo de desigualdade social para as populações atingidas por essa lógica.

4 CONCLUSÃO

No contexto contemporâneo, a região Itaqui-Bacanga é uma importante área da cidade de São Luís, concentrando um imenso potencial econômico e o padrão periférico da urbanização capitalista, onde se articulam especulação fundiária e a valorização do capital. Sua formação, a princípio vagarosa, gradativa, logo se constituiu como uma das áreas sócio-espaciais na qual se expressa com bastante visibilidade as contradições do processo de expansão urbana que a cidade produz.

Entende-se que a teoria social de Marx é fundamental para articular o objeto de estudo ao *movimento do real*, ressaltando que a teoria é conhecimento, e a sua relação com a realidade concreta, exige do pesquisador um exercício permanente de compreensão da realidade que é complexa, heterogênea e contraditória.

As comunidades Cajueiro, Taim, Vila Maranhão e Rio dos Cachorros, resistem ao processo de expansão do Distrito Industrial do Itaqui-Bacanga, bem como as expropriações que ampliam o domínio do capital mundializado, o qual continua a reforçar a lógica desenvolvimentista, explorando e expropriando o território. Entretanto, tais comunidades articulam seus processos de lutas, organizando-se com mobilizações coletivas, contando ainda com o apoio de estudiosos, pesquisadores, militantes, que contribuem na resistência diante dos avanços do capital. As comunidades estão geograficamente distribuídas no zoneamento rural, todavia estão intrinsicamente ligadas a dinâmica urbana da cidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, Elio de Jesus Pantoja. Modos de vida, territórios e uma cidade em questão: resistências políticas de comunidades rurais no município de São Luís – Maranhão, Brasil.

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Disponível em: <https://journals.openedition.org/orda/3178?lang=pt>. Acesso em 08/10/2021

_____. Elio de Jesus Pantoja. **REPERTÓRIOS E ARGUMENTOS DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA: um estudo sobre o Movimento Reage São Luís em São Luís-MA**. Rio de Janeiro, 2014.

ARCANGELI, Saulo Costa. **Cajueiro – a luta de uma comunidade pelo direito de existir**. São Paulo: Sundermann, 2020. 276p.

BOITO JR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. 1.ed. São Paulo: Xamã, 1999.

BOSCHETTI, Ivanete, BEHRING, Elani Rossetti, LIMA, Rita de Lourdes de. **Marxismo, política social e direito**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2018.

BEHRING, Elani Rossetti. Neoliberalismo, ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. In: **ENPESS**, 2018. Anais. Vitória – ES.

_____. **Política social no capitalismo tardio**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2015.

CHENAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã. 1996. Tradução: Silvana Finzi Foá.

IANNI, Octávio. **A construção da cidadania**. Revista HISTEDBR On-line. Campinas. Número especial, abril. 2011. p.397-416.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. Lutas Sociais. São Paulo. nº 29, jul./dez. 2012. p.73-89.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola. 2004. 201p.

LOPES, Josefa Batista. ABREU, Marina Maciel. Transformações contemporâneas e perspectivas do Serviço Social no Maranhão: incidência sobre o mercado de trabalho do assistente social e a questão da cultura profissional. In.: **Revista de Políticas Públicas da UFMA**. São Luís, v. 1, numero especial, p. 109-117, agosto/2010.

LUZ, Josinaldo Santos da. **Lutas por moradia e expansão do espaço urbano na cidade de São Luís**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – UFMA. São Luís, 2004.

MARINI, Ruy Mauro. **Vida e obra**. Roberta Traspadini, João Pedro Stedile (orgs). 2.ed. Expressão popular. 2011.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar. 1967.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução: Rubem Enderle. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Expressão popular, 2008.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1.ed. São Paulo: Expressão popular, 2011.

PEREIRA, Potyara A.P. **Política social: temas & questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PROMOÇÃO



APOIO

